



Doleiro diz que ficará calado se reunião da CPI for mantida

Jefferson Ruby/Agência Senado



Convocado para depor quarta-feira na comissão mista que investiga irregularidades na Petrobras, Alberto Youssef enviou ofício ontem afirmando que o acordo de delação premiada lhe impõe a obrigação do silêncio

Advogados do doleiro, que está preso no Paraná sob acusação de operar um esquema de corrupção na Petrobras, entregaram documento pedindo cancelamento do depoimento marcado para quarta-feira. O presidente da CPI mista,

senador Vital do Rêgo, não se pronunciou sobre o pedido, mas anunciou que pretende estender os trabalhos da comissão até 22 de dezembro. Para a prorrogação ser confirmada, é preciso coletar assinaturas de 171 deputados e 27 senadores. **3**

Presidente da CPI mista, Vital do Rêgo quer prorrogar os trabalhos até o fim do ano, com a concordância do relator da comissão, deputado Marco Maia

Senador quer informações do governo sobre o São Francisco

Disponibilidade de água para consumo humano e atividades produtivas preocupa o senador Kaká

Andrade. Ele apresentou requerimento para que o governo dê informações sobre a condição do rio. **4**



Alberto Coutinho/Agcom

Informações deverão esclarecer situação de reservatórios ao longo do rio

Texto estabelece prescrição para falhas em contas de partidos **3**

Projeto obriga curso a divulgar número mínimo de disciplinas **4**

Proposta visa identificar apostadores em loterias **3**

Comissão reforça campanha de combate a câncer de mama **2**

Orçamento de assembleias legislativas em discussão **2**

Proposta destina R\$ 248,2 milhões para pagamento do Aerus **2**



Tônio Rêgo/ABr

Aeroporto Santos Dumont, no Rio, receberá parte dos recursos federais

Aeroportos poderão receber crédito de R\$ 145,6 milhões

A Comissão Mista de Orçamento deve votar nos próximos dias projeto que destina R\$ 145,6 milhões

para 19 aeroportos públicos. Os recursos serão usados para compra de equipamentos e modernização. **4**

25 de Outubro – Dia da Democracia

Direito meu seu NOSSO



Amanhã é o **Dia da Democracia**, que é um **governo** em favor do **povo** e que assegura a vontade popular.

Hoje, cada vez mais, os representantes e órgãos buscam novas formas de comunicação e interação com o cidadão, a chamada **e-democracia**.

O **Senado** também está presente nessa tendência. Saiba mais em: <http://bit.ly/e-cidadaniaSF>



Secom | Publicidade e Marketing

Servidores de comissão celebram Outubro Rosa

Para apoiar o Outubro Rosa, servidores da Comissão de Direitos Humanos trabalharam ontem usando roupas cor-de-rosa. Com a manifestação, quiseram reforçar o alerta contra o câncer de mama

OS SERVIDORES DA Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado decidiram trabalhar ontem vestidos de cor-de-rosa para celebrar a campanha Outubro Rosa, de alerta para o câncer de mama. O objetivo é reforçar a campanha de conscientização das mulheres sobre a importância da prevenção da doença.

A secretária da comissão, Mariana Borges Frizzera, lembrou que a ideia surgiu para alertar as mulheres quanto à prevenção contra o câncer de mama e explicou o objetivo da comemoração.

— Nós, enquanto servidores da CDH, resolvemos escolher um dia, no mês de outubro, para podermos contribuir nessa conscientização das mulheres — afirmou.

Mariana ressaltou que a presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES), inspirou o evento por ser muito engajada na luta feminina, inclusive



Vestidos de rosa, servidores reforçam campanha contra câncer de mama

tendo presidido a CPI da Violência contra a Mulher.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer de mama é o segundo tipo mais frequente no mundo e o mais comum entre as mulheres, abarcando 22% dos casos novos a cada ano. No entanto, se for tratado no momento certo, apresenta grandes chances de cura.

No Brasil, de acordo com o Inca, as taxas de mortalidade por câncer de mama continu-

am elevadas porque a doença ainda é diagnosticada em estágios avançados. A estimativa para 2014 é de 57.120 novos casos no país.

Como prevenção, o Inca recomenda que se evitem a obesidade, a ingestão de álcool e a exposição a radiações ionizantes em idade inferior aos 35 anos. O instituto alerta ainda para o fato de o autoexame não ser eficiente para a detecção precoce e não substituir o exame médico.

Proposta fixa teto para gasto de assembleias legislativas

Entre 2002 e 2012 os gastos das assembleias legislativas e dos tribunais de contas dos estados cresceram 47%. Somadas, as despesas totais desses órgãos alcançaram a marca de R\$ 14,5 bilhões em 2013, de acordo com o Tesouro Nacional. Fixar um limite máximo para esses gastos é o objetivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 30/2014, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta estabelece o valor dos gastos em 2013 como teto que não pode ser ultrapassado pelos orçamentos das assembleias legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos tribunais de contas estaduais. A proposta permite apenas que os valores gastos naquele ano sejam corrigidos conforme a inflação medida

pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

— Acredito que suas despesas, hoje já inchadas, devem crescer, no máximo, no mesmo ritmo da variação dos preços — justifica João Capiberibe (PSB-AP), primeiro signatário da proposta.

Custo alto

Reunidos, os tribunais de contas e as assembleias dos estados já custam anualmente R\$ 5,3 bilhões a mais que a Câmara dos Deputados, o Senado e o TCU juntos, compara o senador. Para ele, nada explica um aumento tão elevado dos custos.

— Uma vez montada a estrutura de funcionamento de uma Casa legislativa ou de um TCE, os anos seguintes exigem apenas as despesas de funcionamento, como salários e material de escritório,

além da troca de móveis e de veículos — argumenta.

A PEC define ainda que o governador que efetuar repasse superior ao limite definido incorrerá em crime de responsabilidade. O presidente da assembleia e os demais membros da Mesa Diretora também responderão por despesas que ultrapassem a determinação legal.

As despesas das assembleias e dos tribunais de contas consomem parcela significativa das receitas dos estados. Em média, elas representam 4,1% da receita corrente líquida. Capiberibe observa a existência de disparidades de gastos entre as assembleias estaduais. Como exemplo, comparou o custo por parlamentar no Acre, onde cada um custa R\$ 4,7 milhões, e no Rio de Janeiro, onde a relação chega a R\$ 15,9 milhões.

Governo solicita recursos para aposentados do Aerus

Termina quarta-feira o prazo para apresentação de emendas ao PLN 31/2014, que abre crédito especial no valor de R\$ 248,2 milhões. O Ministério da Previdência Social receberá o montante para cumprir recente sentença favorável aos aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social.

O projeto, que está entre os 22 créditos adicionais ao Orçamento de 2014 enviados pelo Executivo na semana passada, será analisada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), antes de ser votada pelo Congresso.

Em 19 de setembro, o desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, proferiu sentença favorável ao Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) e à Asso-

ciação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil. Assim, a União e o Aerus ficam obrigados a manter os pagamentos de complementação de aposentadorias, pensões e auxílios-doença para todos os participantes.

Mesmo a União tendo recorrido, terá de pagar, sob pena de recolher multa por atraso.

O Aerus reúne 10 mil aposentados e pensionistas que trabalharam nas empresas aéreas Varig e Transbrasil. Devido a um rombo financeiro, a entidade está sob intervenção e, desde 2006, o valor dos benefícios pagos mensalmente aos ex-funcionários é de apenas 8% do valor devido, conforme as contribuições feitas ao longo dos anos.



Aposentados do Aerus participam, em março, de sessão no Plenário do Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Apontado como operador de um esquema de corrupção na Petrobras, Alberto Youssef alega que ficaria calado na quarta-feira porque o acordo de delação premiada lhe impõe a obrigação do silêncio

Doleiro pretende cancelar depoimento à CPI mista

O ESCRITÓRIO DE advocacia que representa o doleiro Alberto Youssef enviou ontem ofício ao presidente da CPI Mista da Petrobras, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), pedindo o cancelamento da reunião — seja pública ou secreta — agendada para ouvir Youssef na quarta-feira.

Os advogados alegam que o doleiro usará o direito de permanecer calado porque, além do direito constitucional de não se incriminar, tem a obrigação do silêncio, já que está colaborando voluntariamente com a Justiça por meio de delação premiada, o que dá a ele o direito de ter nome, qualificação e imagem preservados e de não ser fotografado nem filmado.

O cancelamento do depoimento, segundo os advogados de Youssef, vai ao encontro do princípio da eficiência da administração pública e tem por objetivo evitar “gastos inúteis” aos cofres públicos com o transporte do doleiro até Brasília. Youssef está preso desde março no Paraná.

Vital não se pronunciou sobre o pedido de Youssef, mas anunciou que pretende renovar por 30 dias o prazo de validade da CPI. Com a concordância do relator, deputado Marco Maia (PT-RS), Vital informou que tem prontos dois requerimentos pedindo a prorrogação das atividades



Youssef argumenta que o cancelamento evitaria “gastos inúteis” com transporte

até o fim do ano. A coleta das assinaturas já começou. Para renovar o prazo, será preciso obter um terço das assinaturas dos parlamentares de cada Casa do Congresso, ou seja, 171 deputados e 27 senadores.

Recálculo de prazo

Instalada em maio, a CPI mista tem duração inicial de 180 dias e, assim, pode funcionar até 23 de novembro. A intenção do presidente é estender as atividades para compensar o período eleitoral. Porém, a CPI deverá ser obrigatoriamente extinta com o término da sessão legislativa, em 22 de dezembro.

— Já recalculamos os prazos. Nós temos até o dia 23 [de novembro] no prazo normal e vamos prorrogar até dezembro — explicou Marco Maia.

A campanha eleitoral dificultou a obtenção de quórum na comissão, e os requerimentos foram se acumulando desde a última reunião deliberativa, em julho. São mais de 400 requerimentos, entre convocações, pedidos de acesso a documentos e quebras de sigilos bancários, fiscais e telefônicos.

Entre os requerimentos mais recentes, a maioria se refere a pessoas que foram citadas pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa em depoimento à Justiça Federal. Ele é acusado de participar de esquema de corrupção e lavagem de dinheiro operado por Youssef. Ambos foram presos pela Polícia Federal, na Operação Lava-Jato. A reunião da CPI mista na quarta-feira está mantida.

Aureliano destaca importância das eleições para a democracia

Antônio Aureliano (PSDB-MG) disse em discurso que o povo brasileiro está vivendo um dos momentos mais importantes da democracia, ao se preparar para escolher quem vai presidir o país. Diante disso, ele pediu que todos votem conscientemente e acreditem que sua escolha será a melhor para o país.

O senador voltou a defender o voto em Aécio Neves (PSDB), dizendo que o candidato à Presidência é a síntese do sentimento dos brasileiros na busca permanente de liberdade, igualdade e trabalho.

Aureliano destacou que uma mudança é necessária, porque, “em um país continental como o Brasil, que vive sob um regime presidencialista, não se pode ter um chefe de Estado e de governo sem liderança e autoridade sobre dirigentes de órgãos, empresas e entidades subordinados, que agem



e administram à revelia de determinações e do conhecimento da Presidência da República.”

Ele pediu que os brasileiros façam de seu voto um instrumento de mudança para um Brasil honesto, justo e competente, onde os valores de convivência ordeira e progressista de nosso povo se revelem, respeitando-se as diferenças religiosas, regionais e de gênero.

— É extremamente importante que cada um dos brasileiros tenha a consciência de que estamos vivendo um momento em que não existe exemplo administrativo eficiente na condução do nosso país. Neste domingo, é fundamental que cada eleitor saiba que o seu voto une, melhora e muda as relações e a vida de toda a nação. Peço a Deus que permita um Estado laico, que ilumine todos os brasileiros para que decidam pelo caminho do bem — afirmou o senador.

Ana Amélia condena campanhas eleitorais ofensivas a adversários

Ana Amélia (PP-RS) analisou pesquisa do Datafolha divulgada na quarta-feira pelo jornal *Folha de S.Paulo*, que revela que quase 70% dos entrevistados condenam as campanhas eleitorais ofensivas aos adversários. Os demais, segundo a pesquisa, consideram normais as campanhas eleitorais agressivas.

Para a senadora, o que deve prevalecer nas campanhas não é a agressividade, mas a apresentação de propostas. — Se você quer ganhar pisoteando e “garroteando” o adversário, de forma caluniosa e difamatória, qual é o gosto dessa vitória? — indagou a senadora.

Ana Amélia lamentou a demora do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que decidiu proibir, após o primeiro turno, as campanhas ofensivas aos adversários. Para ela, a decisão já deveria ter sido tomada, para não prejudicar candidaturas antes do primeiro turno.



A parlamentar disse ainda que é preciso aceitar a decisão dos eleitores nas urnas. Ela ressaltou que todos os deputados e senadores são legítimos representantes dos interesses da população e dos estados, independentemente de posições que adotem.

Ana Amélia também defendeu a decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de investigar as denúncias de irregularidades na Petrobras. Para ela, a iniciativa, além de apurar problemas, vai proteger os acionistas que investem na companhia. A senadora citou os pequenos investidores, como os trabalhadores que usaram o FGTS e os sócios minoritários da estatal.

Ela disse ainda apoiar auditoria do Tribunal de Contas da União para averiguar se a Petrobras pagou US\$ 434 milhões a mais ao governo boliviano pelo fornecimento de gás natural pelo país vizinho ao Brasil.

Proposta fixa prescrição para falhas em contas partidárias

Projeto de Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) estabelece prazo de prescrição para a possibilidade de punição aos partidos que tiverem as contas reprovadas.

O PLS 202/2014 modifica a Lei dos Partidos Políticos, dispondo que, dois anos após a entrega dos balanços, os partidos ficam isentos de qualquer sanção prevista na lei. Isso exigiria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) agilidade na apuração de irregularidades nos documentos para não perder a possibilidade de aplicar penas a quem tiver as contas reprovadas.

Rodrigues explica que o objetivo da proposta é

combater “a morosidade da Justiça Eleitoral, que não encontra empecilho para se desenvolver”.

“São comuns hoje os casos de partidos que têm as contas apreciadas oito ou dez anos depois da entrega das peças contábeis exigidas”, argumenta o senador na justificativa do projeto.

O parlamentar afirma que não enxerga no texto da proposta nenhuma violação ao princípio constitucional da separação de poderes. Ele explica que o projeto não modifica práticas da Justiça Eleitoral. Apenas cria uma circunstância jurídica que demanda dela mais celeridade.

Projeto identifica apostador para coibir lavagem de dinheiro

Projeto de Humberto Costa (PT-PE) tem o objetivo de dificultar a lavagem de dinheiro por meio das loterias. A principal mudança proposta pelo PLS 163/2011 é a identificação dos apostadores nas loterias administradas pela Caixa Econômica Federal. A identificação seria feita por meio do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) no bilhete.

Na avaliação do senador, a falta de exigência de identificação do apostador tem possibilitado a utilização das loterias pelo crime organizado. No esquema, o dono ou funcionário da lotérica aborda o ganhador e oferece

comprar o bilhete premiado por um valor maior que o do prêmio. Assim, o dinheiro sujo é transformado em “limpo”, como se fosse proveniente da premiação.

“Além de dificultar a lavagem de dinheiro por meio dos prêmios da loteria, a medida proposta contribuirá para dar mais transparência à atividade lotérica no Brasil e facilitar a identificação de apostadores premiados descurados, que poderão ser informados sobre os prêmios não reclamados, até mesmo no caso de terem perdido o bilhete premiado”, argumenta o senador na justificativa do projeto.

Kaká Andrade apresentou requerimento para que o Ministério do Meio Ambiente preste informações ao Senado sobre a condição dos reservatórios que aproveitam a água do rio

Governo pode ser ouvido sobre o São Francisco

AGUARDA DESIGNAÇÃO DE relator em Plenário requerimento de Kaká Andrade (PDT-SE) solicitando à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, informações sobre a situação dos reservatórios de água ao longo do Rio São Francisco. O senador está preocupado com os impactos da estiagem prolongada sobre a disponibilidade de água para consumo humano e atividades produtivas, como irrigação e transporte hidroviário.

“Não são raros relatos de cidades com problemas no abastecimento de água e prejuízos de agricultores que dependem de irrigação ou do transporte hidroviário, de aquicultores e empresários do ramo do turismo”, diz Kaká, ao justificar o requerimento.

Ele observa que os problemas surgiram com a instalação de hidrelétricas no São Francisco, como Sobradinho e



João Carlos Figueredo

Senador está preocupado com impactos sobre a água disponível para o consumo humano e a produção

Três Marias, foram agravados com as secas dos últimos anos.

O senador afirma que, para diminuir o risco de racionamento de energia elétrica, o governo tem alterado a vazão

das usinas, reduzindo ao mínimo a liberação de água nas barragens, o que compromete o abastecimento e as atividades produtivas que dependem das águas do rio.

Com as informações solicitadas ao governo, diz ele, o Senado poderá conhecer a real situação dos reservatórios e os procedimentos adotados pelo Executivo para a gestão da Bacia do São Francisco.

Nascentes

No final de setembro, o diretor do Parque Nacional da Serra da Canastra, Luiz Castanheira, revelou que a principal nascente do rio, localizada dentro do parque, havia secado. Ele disse à imprensa que a perda de volume na nascente já vinha preocupando os especialistas, mas a situação nunca havia chegado a esse ponto.

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Anivaldo Miranda, também considera o quadro grave, já com reflexos no nível das barragens e na biodiversidade.

Crédito destina R\$ 145,6 milhões para aeroportos

Aguarda análise da Comissão Mista de Orçamento (CMO) o PLN 19/2014, que abre crédito especial de R\$ 145,6 milhões para investimentos em 19 aeroportos controlados pela Infraero. Depois de passar pela comissão, o projeto terá de ser analisado pelo Congresso.

Segundo a Secretaria de Aviação Civil, esses recursos serão usados, por meio do Fundo Nacional da Aviação Civil, em empreendimentos que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O dinheiro servirá para aquisição de equipamentos e modernização da infraestrutura aeroportuária, como ampliação da capacidade operacional de aeroportos, terminais de passageiros, pátios e pistas e telecomunicações aeronáuticas, entre outros usos.

Receberão recursos o Aero-

porto Santa Maria, em Aracaju; o Aeroporto Antônio João, em Campo Grande; o Aeroporto Val de Cans, em Belém; os Aeroportos Carlos Prates e da Pampulha, em Belo Horizonte; o Aeroporto Atlas Brasil Cantanhede, em Boa Vista; o Aeroporto Bartolomeu Lysandro, em Campos dos Goytacazes (RJ); o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo; o Aeroporto Castro Pinto, em João Pessoa; e o Aeroporto Zumbi dos Palmares, em Maceió.

Também serão beneficiados o Aeroporto Augusto Severo, em Natal; o Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, em Palmas; o Aeroporto Jorge Teixeira de Oliveira, em Porto Velho; o Aeroporto Plácido de Castro, em Rio Branco; os Aeroportos de Jacarepaguá e Santos Dumont, no Rio de Janeiro; os Aeroportos Campo de Marte e de Guarulhos, em São Paulo; e o Grupamento de Navegação Aérea de Carolina (MA).



Tônio Régio/Abbr

O Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, será um dos beneficiados

Texto propõe que curso divulgue número mínimo de disciplinas

As universidades poderão ter que divulgar, no contrato com o aluno, a exigência de matrícula em número mínimo de disciplinas ou créditos por período letivo, se houver. A exigência faz parte do PLC 52/2014, em discussão na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que também determina que os estabelecimentos de ensino superior terão de informar, no documento, se adotam o regime seriado (com grade curricular fechada).

O texto é o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 375/11, da deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS). A proposta original proibia as faculdades de exigirem um número mínimo de créditos para a efetivação da matrícula

de aluno recém-aprovado em exame vestibular e estendia a vedação às matrículas efetivadas ao longo do curso.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, onde o projeto foi aprovado, deputado Esperidião Amin (PP-SC), apresentou substitutivo argumentando que a proposta original era inconstitucional, porque as universidades têm a prerrogativa de definir as disciplinas e o acesso a elas.

A Lei 9.870/1999, que trata das mensalidades escolares, já obriga os estabelecimentos de ensino a divulgarem, em local de fácil acesso, a proposta de contrato, com o valor da anuidade e o número de vagas por classe, no período mínimo de 45 dias antes da data final para matrícula.

Odacir Soares relata falhas no serviço de telefonia em Rondônia

Odacir Soares (PP-RO) criticou a má qualidade das telecomunicações, em especial na Região Norte. Segundo ele, as falhas das operadoras fazem com que a Amazônia perca oportunidades competitivas. O senador salientou a insatisfação dos usuários, que põem as empresas do setor no topo da lista de reclamações em órgãos de defesa do consumidor.

Odacir relatou que, em 2013, a capital de Rondônia, Porto Velho, chegou a ficar quatro dias com telefones mudos. Também na quarta-feira houve falha no serviço.

— Anteontem, em todo o estado a comunicação eletrônica emudeceu.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Recebi dezenas de reclamações de sites eletrônicos, do Rondônia Dinâmica, Tudo Rondônia, O Observador, além de membros da comunidade rondoniense, todos reclamando de falha — disse.

O parlamentar avaliou que, para solucionar o que chamou de gargalo tecnológico, o investimento em infraestrutura precisa acompanhar o aumento de usuários. Ele criticou as operadoras por priorizarem a telefonia celular.

— Sob esse argumento, tem se deixado de investir na rede fixa. Hoje, mal se veem, por exemplo, telefones públicos nas ruas — afirmou.

Suplicy registra queda no índice de desemprego de setembro

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou a queda na taxa de desemprego no mês de setembro, que ficou em 4,9%, contra 5% em agosto. A taxa é a menor registrada no mês de setembro desde 2002. No mesmo período do ano passado, o desemprego estava em 5,4%.

Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ele disse que o número de pessoas desocupadas em setembro foi de 1,2 milhão, mantendo-se estável em relação a agosto. Também não houve mudança na população ocupada, que se manteve na casa dos 23,1 milhões de pessoas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador falou ainda sobre o comentário de uma técnica do IBGE explicando que a queda do desemprego em setembro se deve ao fato de que menos pessoas estão procurando emprego.

— E essa redução da procura, de fato, acaba diminuindo a taxa de desemprego — informou.

Suplicy também reforçou pedido ao governo em favor da criação de um grupo de trabalho para definir como deve ser implantado o Programa de Renda Básica de Cidadania. Criado por uma lei em 2004, o programa prevê o pagamento de uma quantia a todos que vivem no país.